



2º ENCONTRO DA REDE PARLAMENTAR DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

#STOPCC17

Este encontro foi organizado conjuntamente pelo [ParlAmericas](#) e pelo [Parlatino \(link em espanhol\)](#) no âmbito da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas (RPMC). As sessões de trabalho abordaram diferentes dimensões socioeconômicas do desenvolvimento das energias sustentáveis e sua relação com os compromissos de mitigação e adaptação propostos pelos países das Américas e do Caribe na [Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada](#) (INDC – sigla em inglês; link em inglês) nos termos do [Acordo de Paris \(link em espanhol\)](#).

O encontro foi aberto pelo deputado **Elías Castillo** (Panamá), Presidente do Parlatino; pela Senadora **Marcela Guerra** (México), Presidenta do ParlAmericas; pelo Deputado **Javier Ortega** (Panamá), Presidente da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas - ParlAmericas; pelo Deputado **Rolando González** (Cuba), Secretário das Comissões Permanentes do Parlatino; e pela especialista **Dra. Gisela Alonso**, membro do [Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 \(link em espanhol\)](#).

DATA

3-4 de agosto, 2017

LOCAL

Cidade do Panamá,
Panamá

PARTICIPANTES

46 parlamentares de 23 países e territórios, 7 especialistas de organizações internacionais e 2 representantes de redes de organizações não-governamentais



MARCELA GUERRA,
Presidenta do ParlAmericas

“A Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada apresentada pelos países no âmbito do Acordo de Paris dependem, em grande medida, da transformação da energia em um fator chave para sua implementação. É nosso dever, como parlamentares, garantir que a legislação e os orçamentos dos nossos países garantam uma transição justa e abrangente para uma economia de emissões zero, diversificando os benefícios gerados pelas energias renováveis.”

“O anúncio pelos Estados Unidos de sua retirada do Acordo de Paris é motivo de preocupação e nos faz lembrar que os graves problemas ambientais não são exclusivamente questões relacionadas com a ciência ou a disponibilidade de recursos, mas, também, com a vontade política dos governos e o papel dos tomadores de decisão em todos os níveis.”



ELÍAS CASTILLO,
Presidente do Parlatino



Deputado
JAVIER ORTEGA
(Panamá),
Presidente da
Rede
Parlamentar de
Mudanças
Climáticas -
ParlAmericas

“É necessário acelerar o ritmo de trabalho e assegurar que todos os atores nos diferentes níveis públicos e privados atuem de forma coordenada através de processos inclusivos, que permitam remediar os problemas gerados pelo crescimento econômico não sustentável, diretamente relacionado às mudanças climáticas.”

“A ciência demonstrou de forma convincente a influência transversal dos processos ambientais na economia e na sociedade, e agora deve ser incorporada em novas leis, padrões e ferramentas ambientais.”



Dra. **GISELA ALONSO**,
membro do Painel de
Alto Nível das Nações
Unidas para a Agenda
de Desenvolvimento
Pós-2015

“Ante os efeitos das mudanças climáticas, não estamos apenas diante de uma tarefa científica, nem (da escassez) de recursos financeiros; estamos diante de um desafio que exige, acima de tudo, vontade política.”



Deputado
ROLANDO GONZÁLEZ
(Cuba)



Por ocasião deste encontro, a ParlAmericas e a **Organização dos Estados Americanos** (OEA) lançaram dois recursos complementares sobre as mudanças climáticas: Uma visão comparativa da abordagem baseada nos direitos nas Américas (em espanhol) e Uma visão comparativa das respostas legislativas e executivas nas Américas (em espanhol).

Estas publicações têm como objetivo apresentar aos/às parlamentares os avanços da agenda interamericana sobre as mudanças climáticas e sua relação com os direitos humanos e ambientais, além de oferecer uma análise comparativa das tendências no desenvolvimento de legislação e de políticas para enfrentar a mudança climática em nível nacional. **Claudia de Windt**, do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da OEA, fez a apresentação das publicações

O ParlAmericas criou cartões informativos com a Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) de 34 países do hemisfério signatários do Acordo de Paris. Este recurso apresenta aos/às parlamentares um guia para consultas rápidas e comparativas sobre compromissos de mitigação e adaptação na região, a fim de identificar possíveis áreas de ação legislativa.

Ecologia Legislativa das Mudanças Climáticas: Uma Perspectiva dos Sistemas para a Ação Parlamentar

A primeira sessão do encontro, presidida pela Membro da Assembleia Nacional **Ana Belén Marín** (Equador), explorou a relação entre a legislação setorial nacional e os compromissos para adaptação e mitigação das mudanças climáticas, com o objetivo de identificar as lacunas e as sinergias existentes. Através das apresentações, o painel de especialistas propôs maneiras de incorporar medidas de mitigação e adaptação na legislação para fazer avançar a realização dos compromissos nacionais, motivando os/as parlamentares a considerar a mudança climática como um novo requisito nas atividades legislativas.

Elliot Sucari, pesquisador associado do [Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Organização dos Estados Americanos](#) (OEA; link em espanhol), apresentou as respostas governamentais e as abordagens sobre as mudanças climáticas, e os papéis e funções das leis, e convidou aos/às parlamentares a refletir



ORLANDO REYES,
Pesquisador,
Unidade de
Mudança

“A Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada descreve os esforços nacionais para alcançar baixas emissões e um desenvolvimento climático resiliente, mas, a análise preliminar sugere que elas serão insuficientes para alcançar o objetivo de manter o aumento da temperatura média abaixo de 2 graus Celsius, dentro dos padrões atuais de produção e consumo. Portanto, precisamos de medidas que modifiquem esses padrões para assegurar que as políticas de mudanças climáticas sejam implementadas.”

sobre como podem contribuir para priorizar e harmonizar os acordos ambientais internacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 em nível nacional.

Durante sua apresentação, **Orlando Reyes**, pesquisador da Unidade de Mudanças Climáticas da [Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe](#) (CEPAL; link em espanhol), destacou os vínculos entre políticas públicas e mudanças climáticas, apontando para a necessidade de empreender mudanças transformadoras na legislação para implementar os compromissos da agenda climática.

O Advogado especialista em Direito Ambiental **Derrick Orderson**, representando o [Centro de Mudança Climática da Comunidade do Caribe](#) (link em inglês), apresentou as implicações do Acordo de Paris e a integração das energias renováveis nos sistemas jurídicos nacionais.

Derrick Oderson, durante sua intervenção, levantou várias questões-chave para os legisladores e legisladoras:

“Quais são o status e os pontos fortes dos marcos legais existentes? E, na ausência de força legal em nível nacional, seria possível tratar a preparação, apresentação e execução da Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) como uma intervenção política nacional e pública, ao invés de uma obrigação estritamente legal? E, finalmente, o que acontece se não houver ações dos Estados participantes, que falham em implementar os objetivos acordados? Como se pode impor compromissos? Quem é o responsável?”



DERRICK ODERSON,
Especialista Ambiental,
Centro de Mudança
Climática da Comunidade do
Caribe

“Nosso desafio é transformar as negociações globais em ações regionais e locais; é de suma importância incluir a participação da sociedade civil na tomada de decisões para o desenvolvimento sustentável de modo a garantir a manutenção dos direitos.”



ELLIOT SUCARI,
Pesquisador Associado,
Departamento de
Desenvolvimento
Sustentável, OEA

Questionando os Novos Projetos de Energias Renováveis

A segunda sessão abordou as dimensões socioeconômicas de projetos de energias renováveis, incluindo a consideração de perspectivas específicas de gênero e de comunidades indígenas. A sessão foi moderada pela Deputada **Teresa Lizárraga** (México) e contou com a apresentação de especialistas sobre vários tipos de indicadores, que podem ser utilizados para determinar os benefícios da integração das energias renováveis e como ferramentas a serem utilizadas por parlamentares no seu trabalho legislativo relacionado com as mudanças climáticas e as energias renováveis.

Byron Chiliquinga, Gerente da [Organização Latino-americana de Energia](#) (OLADE; link em espanhol), apresentou estudos de casos de projetos de eletrificação rural, para demonstrar os benefícios econômicos e sociais da implantação de tecnologias de energia renovável em áreas rurais remotas



BYRON CHILQUINGA,
Gerente,
OLADE

“A autogestão com recursos adequados permite que as comunidades cresçam de forma sustentável. Nestes processos, as funções legislativas são essenciais para facilitar o fortalecimento de recursos com o apoio do setor privado.”

da Guatemala na agricultura e em atividades de processamento de madeira em pequenas comunidades.

Neeraj Negi, Especialista Sênior em Avaliação do [Escritório de Avaliação Independente do Fundo Mundial para o Meio Ambiente](#) (FMMA; link em inglês), compartilhou indicadores de programas e projetos utilizados como subsídio pelas funções de controle legislativo, como, por exemplo, para medir a capacidade solar instalada, a eletricidade gerada ou o número de beneficiários gerados pela implantação de tecnologias de energia renovável.

Itzá Castañeda, Especialista do [Escritório Global de Gênero da União Internacional para a Conservação da Natureza](#) (UICN), enfatizou as formas de integrar considerações de gênero na legislação relativa à energia.



ITZÁ CASTAÑEDA,
Especialista,
Escritório Global
de Gênero, UICN

“É importante reconhecer e transformar as barreiras legais, técnicas e institucionais existentes. Não se trata de aumentar ou adicionar o gênero; é um processo de integração.”

INTEGRANDO CONSIDERAÇÕES DE GÊNERO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENERGIA RENOVÁVEL

- ⇒ Fortalecer a compreensão das barreiras legais, técnicas e institucionais existentes para transversalizar o gênero. Formular intervenções focadas nessas barreiras.
- ⇒ Promover a compilação de dados interseccionais adequados para medir a carência energética nos domicílios.
- ⇒ Assegurar que os dados sobre o uso e o acesso à energia sejam desagregados por sexo e outras variáveis sociais relevantes, como idade, etnia, rural/urbano, etc.



NEERAJ NEGI,
Especialista Sênior
em Avaliação,
Escritório de
Avaliação
Independente, FMMA

“Parlamentares podem usar indicadores como ferramentas úteis para o controle e fiscalização de projetos de energias renováveis, a fim de tomar medidas corretivas, economicamente favoráveis e, compreender os efeitos de novos projetos em populações vulneráveis.”

“Irei explorar a possibilidade de implementar legislação que priorize as energias renováveis para reforçar as contribuições dos Pequenos Estados Insulares para a proteção do ambiente através da redução dos gases de efeito estufa”.



Deputado
PRICE CYPRIEN
(Haití)

Energias Renováveis e sua Relação com a Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas

A terceira sessão, moderada pelo Senador **Harcourt Husbands** (Barbados), focou nas ações que podem, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e enfrentar os impactos das mudanças climáticas, enfatizando às sobreposições e sinergias entre as diferentes medidas de adaptação e mitigação.

Marianela Curi, Diretora Executiva da [Fundação Futuro Latino-americano](#) ([link em espanhol](#)), apresentou exemplos concretos dos desafios e benefícios de atuar de forma

integrada, e a importância da participação de ONGs em diálogos parlamentares para fazer avançar o desenvolvimento sustentável compatível com o clima.

Gustavo Máñez, Coordenador Regional para adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas do [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente](#) (PNUMA; [link em espanhol](#)), apresentou os desafios para os avanços rumo ao transporte elétrico e as contribuições potenciais desta tecnologia nos esforços de mitigação das mudanças climáticas na região.

“Este tipo de evento é sobre as melhores práticas e a compreensão dos problemas da região. Realmente não obteremos o tipo de ação que necessitamos se não avançarmos como um grupo, este tipo de fórum faz a agenda avançar.”



Senador
MATTHEW SAMUDA
(Jamaica)



MARIANELA CURI,
Diretora Executiva,
Fundação Futuro
Latino-americano

“Adaptação e mitigação geralmente são abordadas separadamente e não se tem visto a adoção de um enfoque integrado. Na verdade, eles são dois lados da mesma moeda, embora existam diferentes prioridades para o planejamento e implementação, além de opções específicas que operam em diferentes escalas e níveis institucionais, bem como as prioridades dos países que oferecem mais apoio à mitigação.”



GUSTAVO MÁÑEZ,
Coordenador Regional para a
Adaptação e Mitigação das
Mudanças Climáticas, PNUMA

BENEFÍCIOS E DESAFIOS PARA INTEGRAR MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO EM AÇÕES DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Benefícios

- ⇒ Eficácia de custos a longo prazo
- ⇒ Evitar externalidades negativas
- ⇒ Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ⇒ Transparência e participação de diferentes setores

Desafios

- ⇒ Transição de uma perspectiva setorial a uma perspectiva sistêmica
- ⇒ Negociações internacionais permanecem separadas por temas
- ⇒ Custos adicionais das atividades (de curto prazo). No caso das energias renováveis, os custos altos com patentes
- ⇒ Monitoramento, relatórios e verificação das sinergias e benefícios
- ⇒ Vínculo de um diálogo multissetorial/multinível em ambas as questões
- ⇒ Especialistas focados em um único tópico

“As empresas deveriam, eventualmente, deixar de produzir veículos que contaminem [o meio ambiente] ou sejam ineficientes.”

Avançando: Principais Resultados do 2º Encontro da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas (RPMC)

Durante o segundo encontro da RPMC, foram eleitos os/as titulares das quatro vice-presidências do comitê executivo da RPMC do ParlAmericas, para um mandato de dois anos: Deputado **Dan Ruimy** (Canadá) para a sub-região da América do Norte; Deputada **Sofía Hernández** (Guatemala) para a sub-região da América Central; Presidenta da Assembleia Nacional **Jennifer Simons** (Suriname) e Membro da Assembleia Nacional **Ana Belén Marín** (Equador) - Vice-Presidente Suplente - para a sub-região da América do Sul; e o Presidente do Senado **Andy Daniel** (Santa Lúcia) para a sub-região do Caribe.

Os/as parlamentares de 23 países e territórios das Américas e do Caribe reafirmaram seu compromisso de fortalecer a agenda legislativa, ao emitirem uma [declaração pública conjunta \(em espanhol\)](#) que visa contribuir para a realização dos objetivos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas adotados na [Conferência das Partes, em Paris \(COP21, link em espanhol\)](#) da [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática \(link em espanhol\)](#), em Dezembro de 2015.

A declaração propôs diversas linhas de ações estratégicas para fazer avançar a agenda de mudança climática, do ponto de vista legislativo. Em primeiro lugar, em resposta ao apelo feito pelos governos na COP22 em Marrakesh, para considerar a luta contra as mudanças climáticas como um problema urgente que exige o mais alto compromisso político, e colocar em prática ações legislativas concretas para fazer avançar os esforços governamentais, e de outros atores sociais, no cumprimento

dos compromissos de adaptação e mitigação estabelecidos na Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC).

Os/as parlamentares também se comprometeram a reforçar a cooperação entre os vários atores sociais e políticos para alcançar os objetivos da [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável \(link em espanhol\)](#) e, dos acordos internacionais sobre mudanças climáticas aprovados na Conferência das Partes, bem como no [Protocolo de Kyoto \(link em espanhol\)](#) sobre as emissões de gases de efeito estufa e o [Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres \(em espanhol\)](#). Também foram assumidos compromissos para promover aumentos nos orçamentos públicos para financiar a pesquisa científica e tecnológica, bem como para fortalecer os recursos locais.

Foi acordado na declaração que a legislação sobre mudanças climáticas deveria ser sensível às questões de gênero e incluir considerações voltadas para grupos tradicionalmente marginalizados, tais como as comunidades indígenas e a população que vive em situação de pobreza. Também foi incluída a garantia à transparência e o acesso à informação climática e ao conhecimento científico relacionado às mudanças climáticas, particularmente para promover o uso de evidências científicas pelos tomadores de decisão, e desenvolver estratégias legislativas bem fundamentadas e coerentes.



JENNIFER SIMONS
Presidenta da
Assembleia
Nacional
(Suriname)

“Dado o perigo real e imediato da mudança climática para as pessoas e economias da região, a iniciativa da ParlAmericas para abordar este problema de uma maneira estrutural e permanente, através da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas, irá revelar-se de grande importância para hemisfério.”

“É importante compreender que a mudança climática tem graves impactos sobre os países e ilhas menores, algo sobre o que nem sempre estamos conscientes. Nos países em desenvolvimento, a mudança climática é uma ameaça imediata que tem um grande impacto na vida diária. Isso me ajudou a entender o que o resto do mundo está sofrendo com as mudanças climáticas e, assim, eu posso discutir estes impactos com mais conhecimento com os meus eleitores.”



Deputado
DAN RUIMY
(Canadá)

A declaração final do encontro pode ser consultada (em espanhol) aqui: http://www.parlamericas.org/uploads/documents/Declaraci%C3%B3n-RPCC_2017-ESP.pdf



Membro da Assembleia Nacional
ANA BELÉN MARÍN (Ecuador)

“Temos que nos centrar nos hábitos de consumo que são insustentáveis nos dias de hoje. Vemos as variações climáticas e temos muitos objetivos a serem alcançados. Cada atividade, ação e política de adaptação e mitigação devem ser ajustadas à realidade de cada país, território ou região e devem funcionar de acordo com essas diferenças.”

“Os indicadores técnicos são muito importantes para o nosso trabalho parlamentar. Alocamos orçamentos e, dessa forma, saber como mensurar é importante para a eficiência no monitoramento do gasto público”.



Deputada
TERESA LIZÁRRAGA (México)

Para mais informações sobre o trabalho da RPMC, por favor, entre em contato com o Programa de Mudanças Climáticas do ParlAmericas pelo e-mail: parlamericascc@parlamericas.org

PARLAMENTOS PARTICIPANTES



ARGENTINA



BARBADOS



BELIZE



BOLÍVIA



BRASIL



CANADÁ



CHILE



COSTA RICA



CUBA



CURAÇAO



EQUADOR



EL SALVADOR



GRANADA



GUATEMALA



HAITI



HONDURAS



JAMAICA



MÉXICO



PANAMÁ



PARAGUAI



SANTA LÚCIA



SURINAME



URUGUAI

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES



OEA

Mais direitos para mais pessoas



ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE ENERGIA | LATIN AMERICAN ENERGY ORGANIZATION | ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA | ORGANISATION LATINO-AMERICAINE D'ENERGIE

Este encontro foi possível, em parte, graças ao apoio financeiro do Governo do Canadá através do Ministério das Relações Exteriores (Global Affairs Canada, em Inglês).

Canada

PARLAMERICAS



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas é composto pelas **LEGISLATURAS NACIONAIS** dos Estados membros da OEA da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas apoia as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas tem sede em **OTTAWA, CANADÁ**

Secretariado Internacional do ParlAmericas
710—150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá
Telefone: +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

